



Cristina Rodrigues
Deputada à Assembleia da República

Projecto de Resolução n.º 807/XIV/2ª

Recomenda ao Governo a criação de um Grupo de Trabalho para dar resposta ao crescente conflito entre gaivotas e humanos

A crescente ocupação humana dos espaços naturais tem vindo a criar algumas situações de conflito entre os humanos e os animais, usualmente com perdas para estes últimos. São inúmeras as espécies que têm sofrido decréscimos populacionais devido a interacções negativas, por perda de espaço para nidificarem, se alimentarem e descansarem. No entanto, algumas espécies têm conseguido adaptar-se aos espaços urbanos, podendo, contudo, esta adaptação resultar em situações de conflito.

As gaivotas sempre estiveram presentes em aldeias, vilas e cidades com uma forte ligação à pesca e, progressivamente, ao longo de várias décadas, têm vindo a estar cada vez mais presentes. Actualmente, podemos encontrá-las em quase todos os grandes/médios centros urbanos costeiros, tanto ao nível do território continental como ao nível das Regiões Autónomas.

O aumento das situações de conflito deve-se, por um lado, à crescente ocupação humana do litoral, que tem como consequência a diminuição considerável da área disponível para as espécies selvagens e, por outro lado, à extraordinária capacidade de algumas espécies de gaivotas de se adaptarem ao espaço urbano e às fontes de alimento que este proporciona. Os aterros, as estruturas associadas à pesca comercial e as áreas agrícolas são algumas das principais fontes de alimento de origem antropogénica exploradas activamente por estes animais. Tais fontes de alimento, praticamente inesgotáveis, levam a um aumento não só da sua sobrevivência, como também da sua reprodução. O que por fim se vai expressar num aumento exponencial do tamanho da população e do conflito gaivota-humano.

Também é necessário ter em conta a grande mobilidade destas espécies, que podem facilmente percorrer diariamente várias dezenas de quilómetros entre os seus locais de alimentação e os locais de repouso/nidificação.



Cristina Rodrigues
Deputada à Assembleia da República

Em Portugal, este desequilíbrio tem sido notório principalmente ao nível de duas espécies de gaivotas - a gaivota-de-patas-amarelas *Larus michahellis* e a gaivota-d'asa-escura *Larus fuscus* - que apresentam um comportamento mais tolerante e adaptável às actividades humanas, embora apenas a primeira tenha expandido a sua área de nidificação para as zonas urbanas nacionais, a segunda espécie também usa estas áreas, sobretudo no Inverno.

Um dos poucos indicadores que pode ser utilizado para avaliar a evolução do conflito gaivota-humano é o seu crescente aumento ao nível do impacto nos media. Este aumento faz-se sentir principalmente nos meses de Maio a Julho, que coincide com o período reprodutivo da gaivota-de-patas-amarelas.

Ora, para contribuir efectivamente para a redução deste conflito é essencial a recolha de informação precisa, sendo fundamental conhecer qual a situação populacional actual desta espécie. Os últimos dados acerca da distribuição e abundância da gaivota-de-patas-amarelas remontam ao início dos anos de 2000, altura em que o limite norte da área de nidificação da espécie se localizava em Peniche¹. Posteriormente, existiram algumas iniciativas pontuais para obter informação mais actualizada acerca desta população, mas a um nível local, nomeadamente os trabalhos na Área Metropolitana do Porto² e no município de Lagos³.

Outra necessidade que deve ser levada em conta é a de identificar claramente as estruturas mais usadas numa base temporal e quais as medidas de gestão que podem ser melhoradas de forma a limitar a disponibilidade alimentar de origem antropogénica.

Face ao exposto, consideramos urgente a criação de um Grupo de Trabalho para dar resposta ao crescente conflito entre gaivotas e humanos, que reúna entidades públicas e organizações da sociedade civil, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços

¹ Equipas Atlas (2008). Atlas das Aves Nidificantes em Portugal (1999-2005). Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Assírio & Alvim, Lisboa.

² CIIMAR (2011). Controlo da população de gaivotas da área metropolitana do Porto. Relatório Final. Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, Universidade do Porto. http://portal.amp.pt/media/documents/2015/05/29/gaivotas_relatorio_final.pdf

³ Strix (2010). Plano de gestão das populações de gaivotas da cidade de Lagos. 4ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, Vila Real. <https://www.yumpu.com/en/document/read/52615883/plano-de-gestao-das-populacoes-de-gaivotas-da-cidade-de-lagos>



Cristina Rodrigues
Deputada à Assembleia da República

Marítimos, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e a DOCAPESCA – Portos e Lotas, SA, para avaliar a situação a nível nacional e promover a recolha dos seguintes elementos: determinar o tamanho e distribuição da população nidificante de gaivota-de-patas-amarelas; identificar quais as áreas geográficas de maior conflito; monitorizar os parâmetros reprodutores, comportamentais e de alimentação; identificar as principais fontes de alimento de origem antropogénica utilizada e identificar as medidas de gestão a implementar nas estruturas mais críticas, de forma a reduzir este conflito, bem como o respectivo calendário para a sua implementação.

Nestes termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

- Proceda à criação de um Grupo de Trabalho para dar resposta ao crescente conflito entre gaivotas e humanos, que inclua entidades públicas e organizações da sociedade civil, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e a DOCAPESCA – Portos e Lotas, SA, para proceder à avaliação da situação a nível nacional e promover a recolha e definição dos seguintes elementos:
 - i. Determinar o tamanho e distribuição da população nidificante de gaivota-de-patas-amarelas;
 - ii. Identificar quais as áreas geográficas de maior conflito;
 - iii. Monitorizar os parâmetros reprodutores, comportamentais e de alimentação;
 - iv. Identificar as principais fontes de alimento de origem antropogénica utilizada;
 - v. Identificar as medidas éticas de gestão a implementar nas estruturas mais críticas, de forma a reduzir este conflito, e o respectivo calendário para a sua concretização.

Cristina Rodrigues – Deputada Não Inscrita
Assembleia da República – Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa
Telefone: 21 391 90 00
Contacto de email: gabinetecr@ar.parlamento.pt



Cristina Rodrigues
Deputada à Assembleia da República

Palácio de São Bento, 17 de Dezembro de 2020.

A Deputada,

Cristina Rodrigues